

RECURSO ESPECIAL Nº 1.582.210 - SP (2016/0024081-8)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
RECORRENTE : CERVEJARIAS KAISER BRASIL S.A.
ADVOGADOS : SERGIO FARINA FILHO E OUTRO(S) - SP075410
LEONARDO AUGUSTO BELLORIO BATTILANA - SP258954
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela CERVEJARIAS KAISER BRASIL S.A. contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região assim ementado (e-STJ fls. 355/356):

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO INOMINADO. EFEITO SUSPENSIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ARTIGO 739-A, CPC. RECURSO DESPROVIDO.

1. Os embargos à execução fiscal sujeitam-se ao disposto no artigo 739-A, CPC, conforme julgados do Superior Tribunal de Justiça, não sendo cabível efeito suspensivo automático, sem o exame das circunstâncias de cada caso concreto.

2. Ainda que se considere suficiente a fiança bancária de R\$ 3.194.301,82 em 06/04/2011 para garantir execução fiscal que, em 08/11/2010, somava R\$ 3.142.196,79, seria necessária a concorrência da relevância da defesa, além da presença de dano irreparável, para atribuição de efeito suspensivo aos embargos do devedor.

3. Caso em que não existe o dano irreparável ou de difícil reparação a que aludiu a agravante, pois a liquidação de carta de fiança não acarreta o solve et repete, como afirmado, vez que jungida a solução ao disposto no artigo 32 da Lei 6.830/80, como tem decidido o Superior Tribunal de Justiça, na interpretação do direito federal.

4. Quanto à inscrição no CADIN, impertinente a alegação, pois cuida-se embargos do devedor opostos com garantia e o fato de ser processada a ação sem efeito suspensivo não interfere na regularidade fiscal se o contribuinte ofertou, como afirmou, garantia integral da dívida executada.

5. Agravo inominado desprovido.

Em suas razões de recurso especial, aduziu, além de divergência jurisprudencial, ofensa aos arts. 535, I e II, 538, parágrafo único, 620 e 739-A do CPC/1973 e aos arts. 9, 16, 18, 19, 24 e 32, § 2º, da Lei n. 6.830/1980.

A parte recorrida apresentou contrarrazões (e-STJ fls. 484/488).

O recurso especial foi admitido pelo Tribunal de origem (e-STJ fls. 495/496).

Passo a decidir.

Nos termos do entendimento pacificado nesta Corte Superior, "a superveniência da sentença proferida no feito principal enseja a perda de objeto de recursos

anteriores que versem sobre questões resolvidas por decisão interlocutória combatida via agravo de instrumento" (AgInt no REsp 1.574.170/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 23/02/2017).

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. OCUPAÇÃO DE BEM PÚBLICO. INDENIZAÇÃO. BENFEITORIA IRREGULARMENTE EDIFICADA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXTINÇÃO DO PROCESSO PRINCIPAL. PERDA DE OBJETO. RECURSO ESPECIAL PREJUDICADO.

1. Cuida-se, na origem, de Agravo de Instrumento interposto contra decisão interlocutória que indeferiu pedido de liminar na Ação de Obrigação de não fazer, por entender que os atos da Administração são legítimos, uma vez que o pleito se refere a ocupação de área pública realizada sem o devido "habite-se".

2. Em consulta realizada no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, pode-se verificar que em 21.1.2016 houve prolação de sentença na referida ação, tendo o juiz julgado improcedente o pedido formulado pela parte autora de suspensão e nulidade do ato de intimação demolitória e extinto o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 269, I, do Código de Processo Civil.

3. É entendimento assente nesta Corte que, proferida sentença no processo principal, perde o objeto o recurso de Agravo de Instrumento interposto contra decisão interlocutória.

4. Recurso Especial prejudicado.

(REsp 1.582.032/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 31/05/2016) (Grifos acrescidos).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. PLANO DE SAÚDE. APELO NOBRE APRECIADO MONOCRATICAMENTE PELO RELATOR. POSSIBILIDADE. MÁCULA. POSTERIOR JULGAMENTO PELO COLEGIADO. SUPERAÇÃO. PRECEDENTES. ALEGADA AFRONTA AO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/73. PEDIDO DE AFASTAMENTO DA MULTA PROCESSUAL. IMPOSSIBILIDADE. INTUITO PROTETATÓRIO. PENALIDADE MANTIDA. TUTELA ANTECIPADA DEFERIDA NA ORIGEM. APELO NOBRE INTERPOSTO CONTRA ACÓRDÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. SENTENÇA SUPERVENIENTE. RECURSO PREJUDICADO.

1. As disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 1 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

2. O relator pode apreciar monocraticamente o mérito do recurso especial, nos termos dos arts. 557 do CPC/73 e 34, XVIII, do RISTJ, sendo que eventual mácula da decisão do relator, proferida com base no art. 557 do CPC/73, fica superada com julgamento colegiado do recurso pelo órgão competente (AgRg no AREsp nº 844.983/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe 27/5/2016).

3. No caso, o propósito de rediscutir a decisão tomada no acórdão embargado evidencia o caráter manifestamente protelatório dos embargos de declaração, o que enseja a aplicação da multa prevista no artigo 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil (EDcl no REsp nº

Superior Tribunal de Justiça

1.172.929/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 26/8/2014).

4. A superveniência da sentença proferida no feito principal enseja a perda de objeto de recursos anteriores que versem sobre questões resolvidas por decisão interlocutória combatida via agravo de instrumento (AgRg no REsp 1.485.765/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 29/10/2015).

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.537.636/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/06/2016, DJe 29/06/2016) (Grifos acrescidos).

No caso, em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, verifico que, nos autos do Embargos à Execução 0004860-12.2011.4.03.6120, 1ª Vara Federal de Araraquara, Seção Judiciária do Estado de São Paulo, onde proferida a decisão de natureza interlocutória que negou pedido de efeito suspensivo, objeto do acórdão impugnado pelo presente recurso especial, foi proferida sentença, que transitou em julgado, tendo sido determinada a baixa definitiva e arquivamento dos autos em 31/05/2019.

Assim, está evidenciada a perda de objeto do presente recurso.

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o recurso especial nos termos do art. 34, XI, do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator